

Avaliação de Implementação de um Programa Intersetorial para promoção de Saúde Mental

Julia Elena Córdoba Vieira¹

Departamento de Psicologia – USP
Pesquisadora LEPES/USP
Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil
jecvieira@fearp.usp.br

Jéssica Rodrigues Brito

Pesquisadora LEPES/USP
Sobral, Ceará, Brasil
jbriito@gmail.com

Danielle Pinheiro Lopes

Pesquisadora LEPES/USP
Sobral, Ceará, Brasil
pnhrdani@gmail.com

Mayra Antonelli-Ponti

Professora do Centro Universitário
Barão de Mauá
Departamento de Psicobiologia – USP
Pesquisadora LEPES/USP
Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil
antonelli.may@alumni.usp.br

Lucas Tonon Zanelatto Simão

Pesquisador LEPES/USP
Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil
lucas.simao@usp.br

Resumo

Este estudo apresenta a avaliação de implementação do programa "Eu Posso Te Ouvir" em escolas brasileiras com objetivo de compreender como os atores responsáveis pela sua execução compreendem o papel das principais funções existentes no programa. O EPTO é um programa intersetorial que visa a promoção da saúde mental aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental. A amostra foi composta por profissionais da educação, saúde e assistência social. Foram coletados dados via entrevistas e grupos focais, os quais foram analisados por análise de conteúdo. Os resultados apontam que o programa possui desafios de implementação como a falta de priorização para com as atividades do programa e de consenso acerca do papel da escola. Ao mesmo tempo, destaca-se a necessidade de cessão de condições para efetivação do trabalho intersetorial, destacando a figura do gestor como liderança da intersetorialidade.

Palavras-chave: Avaliação de implementação; Saúde Mental; Intersetorialidade; Adolescência.

¹ Agradecimento à equipe responsável pela implementação do programa nos municípios participantes e à B3 Social pelo apoio e parceria.

1 Introdução

A adolescência é um período de intensas transformações biológicas, psicológicas e sociais (MARTINS; TRINDADE; ALMEIDA, 2003). É nessa etapa que o indivíduo prioriza a interação com seus pares, inicia o processo de exploração de sua identidade, buscando entender quem gostaria de ser e onde gostaria de chegar, e nesse processo de exploração de identidade se apoia mais em indivíduos que estão fora do ambiente familiar (GOODENOW, 1993), o que torna a escola um ambiente estratégico para o desenvolvimento do jovem. Para um desenvolvimento saudável as relações têm particular importância (BENETTI et al., 2013), assim, a escola ser permeada por relações positivas e protetivas auxilia no desenvolvimento saudável do adolescente e, conseqüentemente, na promoção de saúde mental a esse jovem.

As políticas públicas têm, gradativamente, iniciado um olhar voltado ao indivíduo adolescente de forma integral, não somente ao seu desenvolvimento acadêmico e cognitivo, mas também às questões de sofrimento mental e emocional que possam surgir durante esse período. A escola, para além do processo ensino-aprendizagem, promove um contato direto do adolescente com as políticas públicas. Nesse sentido, considera-se importante que o ambiente escolar seja protagonista no cuidado e atenção para com os adolescentes. No entanto, ao falarmos sobre a integralidade do sujeito, há a complexidade das questões que podem afligir o indivíduo, o que envolve o entendimento de que o trabalho de cuidado da escola precisa abranger vários aspectos da vida dos estudantes, necessitando, assim, de outros setores envolvidos. Com isso, as práticas intersetoriais, que dizem respeito à articulação de profissionais de diversas áreas com saberes próprios (WARSCHAUER; CARVALHO, 2014), apresentam-se como uma nova forma de trabalhar e de construir políticas públicas. Vale ressaltar que o trabalho intersetorial nas escolas visando a promoção de cuidado ao adolescente já é institucionalizada por algumas iniciativas governamentais como o Programa Saúde na Escola (BRASIL, 2007), a lei que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica (BRASIL, 2019) e a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (BRASIL, 2024), que tem o objetivo de constituir uma estratégia para a integração e a articulação permanente das áreas de educação, assistência social e saúde no desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e atenção psicossocial no âmbito escolar.

Para que os objetivos estabelecidos por tais iniciativas sejam alcançados, é necessário garantir que o corpo de profissionais das redes municipais estejam devidamente cientes da importância e preparados para um fluxo de trabalho intersetorial funcional e efetivo, para,

assim, contribuir com a promoção de saúde mental aos estudantes. No entanto, a instituição de lógica de trabalho intersectorial altera a lógica atual de trabalho, a setorial, sendo importante o constante aprimoramento de iniciativas que visam a implementação da intersectorialidade, de maneira a garantir que diferentes pastas atuem conjuntamente. O “Eu Posso Te Ouvir” (EPTO) é um programa que visa a promoção da saúde mental aos adolescentes, por meio da intersectorialidade entre as áreas da educação, saúde e assistência social. Em 2024, o programa foi implementado pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Economia Social da Universidade de São Paulo (LEPES/USP) em 25 escolas que atendem aos anos finais do Ensino Fundamental em três cidades dos estados de São Paulo, Ceará e Maranhão. O presente estudo se configura em uma avaliação de implementação que descreve como os atores responsáveis pela sua execução compreendem o papel das principais funções existentes no programa.

2 Metodologia

O presente estudo se configura em uma avaliação de implementação (SAUNDERS; EVANS; JOSHI, 2005), que visa compreender como atores responsáveis pela execução do EPTO compreendem o papel das principais funções existentes no programa, a saber: equipe intersectorial, equipe escolar, núcleo municipal e secretarias. A amostra foi composta por três representantes das secretarias municipais, sendo um de cada pasta diretamente implicada em sua implementação, oito membros das equipes intersectoriais, em que 50% eram da pasta da educação e os outros 50% se dividiam igualmente entre as áreas da saúde e da assistência social, duas articuladoras locais e cinco psicólogos.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram roteiros de entrevista semi estruturados e roteiro semi estruturado de grupo focal. Representantes das secretarias, membros das equipes intersectoriais e articuladoras foram entrevistados individualmente, sendo quatro entrevistas feitas presencialmente e oito de maneira online pela plataforma google meet. Os psicólogos compuseram um grupo focal. A análise dos dados foi feita por meio de análise de conteúdo.

3 Resultados

Os resultados abaixo estão organizados pelas principais funções existentes no desenho do programa.

3.1 Equipe intersectorial

A análise da temática Equipe Intersetorial indicou que a escola deve ser a principal interessada na mobilização do trabalho intersectorial, tendo em vista os benefícios relacionados à identificação precoce dos estudantes em risco, e a possibilidade de intervir junto aos demais membros da equipe para criar soluções conjuntas para os problemas complexos que se

evidenciam no contexto escolar. Por outro lado, há desafios para que esses benefícios sejam alcançados, como a ausência dos profissionais nos momentos de reuniões da equipe intersetorial. Essa ausência compromete a eficácia da equipe e dificulta a atuação intersetorial. Profissionais que possuem características como a afinidade e experiência no trabalho com adolescentes, habilidades de escuta e trabalho em grupo, assim como um conhecimento prévio do funcionamento dos serviços da rede municipal favorecem o trabalho da equipe e potencializam o trabalho intersetorial.

3.2 Equipe escolar

A análise da temática Equipe Escolar indicou que, em relação a sua constituição, é importante envolver os demais membros da comunidade, além de gestores e coordenadores pedagógicos. Estes possuem uma posição chave na constituição da equipe, mas precisam de apoio dos demais membros da equipe escolar para conseguir conciliar as suas outras atividades. É de grande importância que os gestores escolares possuam um equilíbrio entre as responsabilidades administrativas de sua função e as atividades propostas pelo Eu Posso Te Ouvir, visando potencializar a participação da equipe escolar, pois só assim os membros desta conseguirão identificar as situações-problema e aplicar as estratégias necessárias para lidar com elas. Os convites, aos demais membros da comunidade escolar, devem ser realizados através de momentos que proporcionem não só a apresentação do EPTO, mas também escuta aos profissionais, demonstrando por meio do exemplo de que forma o programa poderá auxiliá-los nas suas principais dificuldades com os estudantes.

3.3 Atribuições dos profissionais das equipes intersetoriais

A análise da temática Atribuições dos profissionais das equipes intersetoriais indicou que as atribuições dos profissionais envolvidos acabam sendo semelhantes às que são preconizadas pelo programa, como planejar atividades com os estudantes e discutir casos de estudantes em risco. Já as atribuições do gestor escolar acabam recebendo destaque, tendo em vista a visão dos profissionais dos outros setores acerca do seu papel de liderança e o potencial de mobilizar a comunidade escolar para as atividades do programa. Um destaque importante a ser pontuado é a necessidade da atualização do conceito de educação por parte dos gestores escolares, incluindo nessa compreensão atual, os novos papéis da escola e a visão de que a educação vai além do aprendizado formal e o alcance de metas.

3.4 Representantes das Secretarias - Núcleo Municipal

A análise da temática Representantes das Secretarias - Núcleo Municipal indicou que a disseminação e aperfeiçoamento das ações no território são uma função primordial do Núcleo Municipal, além da busca por parcerias e desenho de estratégias para a sustentabilidade do

programa no município. Ademais, a participação de um maior número de profissionais representantes das secretarias compondo o Núcleo pode fortalecer o grupo e fazer com que na impossibilidade de participação de algum membro, um outro profissional do mesmo setor possa representá-lo.

3.5 Secretarias

A análise da temática Secretarias indicou que os municípios ainda precisam de apoio para que possam se apropriar e conduzir a execução da tecnologia, que envolve não só a implementação, mas também as qualificações que são uma etapa base do desenvolvimento do programa, porém mesmo com a dificuldade apontada, com a realização de um planejamento prévio e atividades coordenadas e acompanhadas pelo LEPES, eles acreditam na possibilidade de seguir de maneira autônoma. Em relação aos incentivos que podem contribuir para a realização do trabalho intersetorial, são possibilidades: garantir tempo na jornada de trabalho prevista para a participação dos profissionais nas atividades do programa e oferecer benefícios como abatimento de horas da jornada de trabalho a partir da participação prévia em atividades. Quando os profissionais foram questionados sobre quais poderiam ser essas contrapartidas, exceto benefícios financeiros, mesmo assim eles referiram essa contrapartida como algo que seria um incentivo.

4 Discussão

Nota-se que mesmo com iniciativas governamentais prevendo o trabalho intersetorial (BRASIL, 2007; BRASIL, 2019; BRASIL, 2024), as práticas intersetoriais que visam promoção de saúde mental aos estudantes não tem sido prioridade. Há uma falta de consenso entre profissionais da área da educação sobre qual o papel da escola, o que acaba por afastá-los de iniciativas que se desenham com esse propósito. Mas essa falta de priorização não é exclusiva da educação, a saúde e a assistência social também demonstraram falta de engajamento no processo de implementação do programa. Nesse cenário, o papel do núcleo municipal se mostra fundamental para a sustentabilidade do programa, dado que são eles quem tomam as decisões pontuais acerca da implementação, como, por exemplo, datas para as qualificações. No entanto, há decisões que dizem sobre a função dos secretários no processo de implementação da intersetorialidade, que são as decisões estruturais para a implementação do programa, como, por exemplo, tempo na jornada de trabalho disponível para esse tipo de atividade. Destaca-se, ainda, a figura do gestor como líder do processo, pois é quem tem a capacidade de mobilizar a comunidade escolar em prol da reconstrução da escola como um espaço catalizador de um desenvolvimento saudável para o adolescente, no entanto, nota-se que isso não é possível

enquanto saúde mental não for entendido como um problema público e as redes não se organizarem para priorizar ações voltadas para a promoção de tal.

5 Conclusões e Considerações Finais

Objetivou-se, com essa avaliação de implementação, analisar como os responsáveis pela execução do programa compreendiam as diferentes funções existentes no EPTO. Apesar das dificuldades levantadas sobre a implementação, o EPTO ainda é uma iniciativa inovadora, com técnicas que promovem mudanças estruturais e culturais, que são mais desafiadoras de serem alteradas. A partir dos dados acima, avanços no desenho e no processo de implementação já começaram a ser traçados.

6 Referências

BENETTI, Idonézia Collodel; VIEIRA, Mauro Luis; CREPALDI, Maria Aparecida; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Fundamentos de la teoría bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Pensando Psicología**, v. 9, n. 16, p. 89-99, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 144, n. 235, p. 9, 6 dez. 2007.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, ano 157, n. 238, p. 1, 12 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024**. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 4, 17 jan. 2024.

GOODENOW, Carol. The psychological sense of school membership among adolescents: Scale development and educational correlates. **Psychology in the Schools**, v. 30, n. 1, p. 79-90, 1993.

MARTINS, Priscilla de Oliveira; TRINDADE, Zeidi Araújo; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 16, p. 555-568, 2003.

SAUNDERS, Ruth P.; EVANS, Martin H.; JOSHI, Praphul. Developing a process-evaluation plan for assessing health promotion program implementation: a how-to guide. **Health promotion practice**, v. 6, n. 2, p. 134-147, 2005.

WARSCHAUER, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de. O conceito "Intersetorialidade": contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. **Saúde e Sociedade**, v. 23, p. 191-203, 2014.